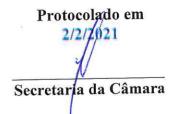


#### Plenário "Antonio Carlos Ventura" Presidente Biênio 2003/2004

In Memoriam



#### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO DÁ OUTRAS MUNICÍPIO E PARTICIPATIVO NO PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Canas-SP, Senhora Silvana Komeih da Silva Zanin, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica Instituído o Orçamento Participativo - OP, em âmbito municipal, com a finalidade de promover a gestão compartilhada e o exercício da cidadania com vistas à concepção, ao planejamento e à implantação das políticas públicas orçamentárias.

Parágrafo Único - O Orçamento Participativo de que cuida o caput é um processo no qual a comunidade atua através da análise, proposição, debate e delibera sobre matérias referentes às despesas públicas municipais, visando ao resgate da cidadania e à melhoria da qualidade do planejamento público, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar e contribuir na elaboração do Orçamento Municipal.

## Art. 2º São propósitos do Orçamento Participativo:

- I Incentivar as pessoas a exercerem seu papel de cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas municipais;
- II Aumentar o interesse da sociedade em relação a gestão pública, para que haja o efetivo exercício da cidadania;
- III Criar uma sinergia de ajuda política e movimentação de massas para resolver questões principais e urgentes, estabelecendo uma escala de prioridades;



IV - Instituir mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos públicos;		
Aprovado Rejeitado Retirado 1º turno Rejeitado 1º turno	Aprovado Rejeitado Retirado 2º turno 2º turno 2º turno	
Por 7 Votos Favoráveis Votos Contrários  Abstenções Ausências	Sessão Ordinária Extra em:	
Ver. Laerte Zanin Presidente	Ver. Laerte Zanin Presidente	



#### Plenário "Antonio Carlos Ventura" Presidente Biênio 2003/2004

In Memoriam

Protocolado em 2/2/2024 Secretaria da Câmara

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

- V Promover centros de discussão, palestras e similares e a prever suas soluções;
- VI Gerir, de forma compartilhada entre governo e população, os recursos públicos:
  - VII Estimular a participação popular de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública trabalhe de forma integrada para a satisfação dos interesses da população.
  - Art. 3º A Administração Pública Municipal deverá convocar toda a população para participar do processo de elaboração do OP, dando ampla divulgação às reuniões.

Parágrafo Único - As reuniões de que trata o caput deste artigo, deverá ser realizada para cada uma das peças de Planejamento, ou seja, PPA, LDO e LOA, seguindo as metodologias descritas no artigo 4º desta lei.

- Art. 4º A metodologia a ser seguida deverá observar:
- I divisão do município em Setores Regionais base geográfica, devendo cada setor abranger os bairros do município de Canas;
- II estabelecimento de prioridades temáticas por região;
- III cronograma das atividades;
- IV definição dos eixos temáticos;
- V realização de uma reunião por setor regional e uma geral com todos o setores;

Parágrafo Único - As necessidades serão diagnosticadas nos setores prioridades selecionará suas população cuja hierarquizando as obras e serviços em cada tema.

Art. 5º A elaboração do Orçamento Participativo será sempre presencial. Parágrafo Único - Salvo em casos de calamidade pública que impossibilite a realização presencial, a mesma se dará pelos meios virtuais.



2 Aprovado Rejeitado Retirado 1º turno 1º turno	Aprovado Rejeitado Retirado 2º turno 2º turno
Por 3 Votos Favoráveis 5 Votos Contrário Abstenções 0 Ausências	Sessão Ordinária Extra em:
Ver, Laerte Zanin Presidente	Ver. Laerte Zanin Presidente



#### Plenário "Antonio Carlos Ventura" Presidente Biênio 2003/2004

In Memoriam

## Protocolado em 2/2/2/021 Secretaria da Câmara

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

Art. 6º Fica criado o Conselho do Orçamento Participativo no Município - COP que estimulará a participação popular nos processos de elaboração das peças orçamentárias e a fiscalização de sua execução.

Parágrafo Único - O Conselho do Orçamento Participativo tem, entre outras, a incumbência específica de coordenar o Orçamento Participativo, zelando para que prevaleça o interesse coletivo.

Art. 7º O Conselho do Orçamento Participativo terá em sua composição, representantes do Poder Executivo e dos Setores Regionais, nomeados por decreto.

Art. 8º O Conselho será composto por:

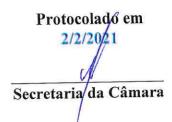
- I três conselheiros representantes do executivo;
- II um conselheiro por setor regional;
- Art. 9º O Conselho do Orçamento Participativo, por intermédio de seu presidente, deverá, nas reuniões, explicar, de forma clara, didática e sucinta sobre receitas, despesas, investimentos e especialmente sobre:
- I A Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO;
- II A Lei Orçamentária Anual LOA;
- III O Plano Plurianual PPA, que é um plano de médio prazo, elaborado no primeiro ano de mandato para execução nos quatro anos seguintes.
- Art. 10º São atribuições dos Conselheiros que integram o Conselho do Orçamento Participativo:
- I Discutir a compatibilidade entre o plano de governo e as indicações feitas através da participação popular;
- II Discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento e no acompanhamento da execução orçamentária;
- III Definir dinâmica de trabalho;

t a		
3	Aprovado Rejeitado Retirado Iº turno Iº turno	Aprovado 2º turno  Rejeitado 2º turno  Retirado 2º turno 2º turno
07	Por Scssão Ordinária Extra em: 2/3/25  Por Scssão Ordinária Extra em: 2/3/25  Por Abstenções Ausências	Por Votos Favoráveis Votos Contrários Abstenções Ausências
	Ver. Laerte Zanin Presidente	Ver. Laerte Zanin Presidente



#### Plenário "Antonio Carlos Ventura"

Presidente Biênio 2003/2004 In Memoriam



## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

- IV Assegurar reuniões e atividades regulares;
- V Definir local apropriado como central de trabalho do grupo;
- VI Verificar e zelar pelo cumprimento das decisões populares;
- VII Acompanhar as despesas decididas em assembleia.
- Art. 11 O Conselho do Orçamento Participativo encaminhará os projetos aprovados ao setor de Planejamento Orçamentário, que os incluirá na proposta orçamentária que será encaminhada à Câmara Municipal.
- Art. 12 O Chefe do Poder Executivo publicará o cronograma das atividades, elaborados pelo Conselho do Orçamento Participativo, bem como regulamentará por Decreto, no que couber o disposto nesta Lei.
- Art. 13 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Antonio Carlos Ventura", 26 de janeiro de 2021.

ALCEU JUNIOR Vereador – MDB

4	Aprovado Rejeitado Retirado 1º turno Retirado 1º turno	Aprovado Rejeitado Retirado 2º turno 2º turno .
Po	3 · Sessão     ✓ Ordinária     Extra em: Z /3 U       Por     Votos Favoráveis     Votos Contrários        Abstenções     Ausências	Por Votos Favoráveis Votos Contrários  Abstenções Ausências
nos	Ver. Laerte Zanin Presidente	Ver. Laerte Zanin Presidente



## Plenário "Antonio Carlos Ventura"

Presidente Biênio 2003/2004 In Memoriam Protocolado em 2/2/202/
Secretaria da Câmara

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º 01/2021

#### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente

Senhores Vereadores,

Atualmente no Brasil a maioria dos Municípios adota o sistema de Elaboração Orçamentária Centralizada, onde o Chefe do Executivo (o Prefeito), define com sua equipe as prioridades de aplicações dos recursos públicos Municipais, sem grandes possibilidades de intervenção direta da população neste processo de decisão.

Entendemos que a participação da sociedade no Orçamento Participativo é um importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania, tais mudanças decorrentes do novo papel do Estado abrem oportunidades de combinar ações públicas e privadas com o objetivo de melhor administrar a coisa pública de acordo com os anseios populares, melhorar o processo democrático e transparência de gestão.

A compreensão do processo orçamentário permite ao cidadão acompanhar e interferir nas políticas públicas da cidade e região, desta forma, para que esta relação ESTADO-CIDADÂO, interaja bem, é necessário que haja uma organização da sociedade civil, estruturada através do controle social, com maior governança, transparência e maior acesso às ações governamentais nas prestações das contas públicas objetivando a defesa dos interesses públicos, avaliar as políticas, programas e ações governamentais, quanto a alocação de recursos, intenção dos gastos, destino da receita arrecadada e seus resultados.

É com essas razões que submeto o presente projeto para a aprovação unânime de meus pares.

Plenário "Antonio Carlos Ventura", 26 de janeiro de 2021.

ALCEU JUNIOR Vereador – MDB

		22
5	Aprovado Rejeitado Retirado 1º turno Provincia Retirado 1º turno Provincia Referencia Re	Aprovado Rejeitado Retirado 2º turno 2º turno
0 <sup>5</sup> N	Por Votos Favoráveis Votos Contrários Abstenções Ausências	Sessão Ordinária Extra em: / /  Por Votos Favoráveis Votos Contrários  Abstenções Ausências
	Ver. Laerte Zanin Presidente	Ver. Laerte Zanin Presidente



#### Comprovante de Protocolo

Número do Protocolo

30

Ementa

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/2021 - DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO - EMENTA: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor

Alceu Moreira da Cunha Júnior

Tipo da Matéria

Projeto de Lei Ordinária

Documento protocolado por Fernando Abreu em 26/01/2021 13:28:00

Câmara Municipal de Canas Protocolo: 30/2021 Data: 26/01/2021 13:28:00 Documento: Projeto de Lei Ordinária Fernando Abreu

Assessor juridico O pojets de lui or/our, disjon sobre a institute de originals partiapation on memorapio of Comes, possibilitand an municipos porticipad na gola pública organistana, a fin de atenda sen Na undade, e' mous sums forms de , tomas efetive à mais necessiteds. partiapoes de sociedade no propilo engamentara de prunicipio. Ests portrupos for movidor constitucion (at. 29, x11), ben com até previste ma LC 101, ant. 48 x 11°, I e ant. 49, e hei Organion Municipal (ort. 150). Quant a sees constituciona lidade, moto a agos. Canoners Municipal de Cares, 18/2/2021. 1000/50121512

M & CO



## CÂMARA MUNICIPAL DE CANAS

Vale do Paraíba - Estado de São Paulo camaracanas Quol.com.br

# SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em: 24/02/2021

Relator: Edison Afonso de Lima

Membro: Ernani José da Silva José da Silva

Presidente: Mauro José Lopes da Silva

#### **PARECER**

Trata-se de *PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/2021 DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO - VEREADOR Alceu Moreira da Cunha Junior*, que dispõe sobre a instituição do Orçamento Participativo no município. Nos termos do art. 29, XII da Constituição Federal, art.48, p.10., I e art.49 da LC 101, e art.150 da LOM, deve-se assegurar a participação da sociedade nos projetos orçamentários do município, haja visto a exigência de realização de audiência públicas nos referidos projetos, o que já vem sendo observado. Quanto sua constitucionalidade nada a opor.

Sala das Comissões, 24/02/2021.

Relator: Edison Afonso de Lima

**MEMBRO:** 

Ernani José da Silva José da Silva

HOMOLOGO:

Mauro José Lopes da Silva



## CÂMARA MUNICIPAL DE CANAS

Vale do Paraíba - Estado de São Paulo camaracanas Quol.com.br

# SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Canas, 24 de fevereiro de 2021

Relator: Valmir Aparecido Lafaiete

Membro: Lucimar Aparecido do Amaral

Presidente: Alceu Moreira da Cunha Junior

#### PARECER nº 001/CFO/2021

Trata-se de **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/2021, DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO - VEREADOR ALCEU JUNIOR, <u>DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</u> Nos termos do art. 143, p. único do Regimento Interno, atende as disposições legais que disciplinam o assunto.** 

Quanto a constitucionalidade, nada a opor.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2021

RELATOR:

Valmir Aparecido Lafaiete

**MEMBRO:** 

Lucimar Aparecido do Amaral

**HOMOLOGO:** 

Alceu Moreira da Cunha Junior



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CANAS**

Vale do Paraíba - Estado de São Paulo camaracanas@uol.com.br

### FOLHA DE ENCERRAMENTO DE PROJETO

Projeto de:

Lei Ordinária n.º 01/2021

Autor:

<u>Legislativo</u>

Emenda: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Por:

03 VOTOS FAVORÁVEIS

a

05 VOTO CONTRÁRIOS

е

00 AUSÊNCIA

SENDO

REJEITADO POR MAIORIA DE VOTOS.

#### **RESULTADO FINAL**

O Projeto de Lei Ordinária n.º 01/2021 - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, do Legislativo, foi REJEITADO por maioria de votos em primeiro e único turno na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de março de 2021.

Sala das Sessões, 3 de março de 2021.

LAERTE ZANIN

Aute Sarin

Presidente

10%